

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Globo

Class.: 940

Data 30/09/85

Pg.: _____

Funai vai atuar apenas em áreas definidas por decreto

BRASÍLIA — O Presidente da Funai, Alvaro Villas Boas, defendeu ontem a interferência do órgão nas áreas indígenas reconhecidas através de decreto presidencial.

— Se houver problema de devastação, cabe ao IBDF resolver. Se for problema de meio-ambiente, deve ser resolvido pela Sema (Secretaria de Meio Ambiente). Se o problema for de fronteira, a competência é dos órgãos de segurança — acrescentou.

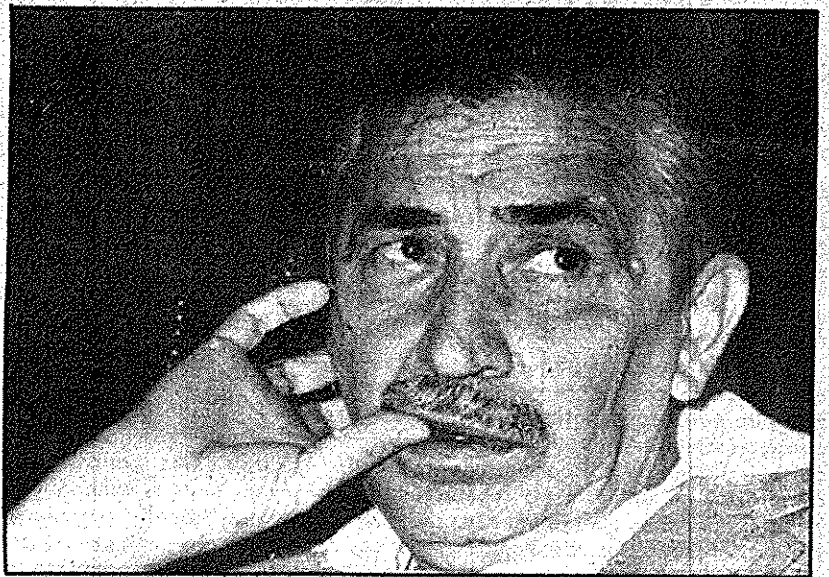
Villas Boas acha que a Funai “tinha que ter entendimentos sérios” com o Conselho de Segurança Nacional (CSN), para resolver problemas de áreas indígenas na fronteira do País, onde “tentam lançar o índio contra o branco, pensando que estão prestando um serviço ao índio”. Sem identificar pessoas, o Presidente da Funai disse que esta atitude vem de um “grupo ideológico, que representa historicamente o único grupo que quer lançar um segmento étnico contra outro segmento étnico”.

Para ele, isso é um assunto “que interessa à segurança nacional” — afirmou ainda que as pessoas pertencentes a este grupo “são unidas pela tendência à desestabilização de qualquer regime e, nesse sentido, são anarquistas”.

O sertanista fez estas colocações quando dizia que o maior problema que enfrenta na Funai são os grupos que ainda existem lá dentro”, e aos quais pertencem funcionários que ele demitiu. Villas Boas identifica a forma de atuação das pessoas de cada um desses grupos:

— Há os que querem se promover, usando o índio; há os oportunistas, que pegam diárias, viajam o mês inteiro e gozam de pequenas mordomias da Funai; e há o grupo ideológico.

Para Villas Boas, extirpar estes grupos da Funai é tão importante



Para Alvaro Villas Boas, a ação de grupos dentro da Funai é seu maior problema

“quanto a criação do Parque Yaño-mami”. Ele disse que está impossibilitado de demitir todos os membros desses grupos porque “alguns são estáveis”. Para esses, o sertanista admite a possibilidade do afastamento através da transferência para outros ministérios.